

# A INCLUSÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Autor (a): Paulo Cesar Gomes Leite Filho<sup>1</sup>

Orientadora: Diana Martins Tigre<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física (EF) do Ensino Fundamental. O objetivo é compreender os desafios enfrentados por professores de Educação Física da rede pública de Pojuca, Bahia, na promoção dessa inclusão. A pesquisa é qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas com cinco professores. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento da importância da inclusão, os docentes enfrentam desafios como a falta de formação específica e apoio institucional, mas desenvolvem estratégias pedagógicas próprias. O estudo visa contribuir para ampliar as reflexões e discussões sobre a realidade da inclusão nas aulas de Educação Física oferecidas aos estudantes com TEA.

**Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Física Escolar; Inclusão; Desafios Docentes; Estratégias Pedagógicas.**

## ABSTRACT

This article analyzes the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Physical Education classes in elementary school. The objective is to analyze the challenges faced by Physical Education teachers in the public school system of Pojuca, Bahia, in order to promote this inclusion. The research is qualitative, descriptive, and exploratory, using semi-structured interviews with five teachers. The results indicate that, despite recognizing the importance of inclusion, teachers face challenges such as a lack of specific training and institutional support, but they develop their own pedagogical strategies. The study aims to contribute to broadening reflections and discussions about the reality of inclusion in Physical Education classes offered to students with ASD.

**Key words: Autism Spectrum Disorder; School Physical Education; Educational Inclusion; Teaching Challenges; Pedagogical Strategies.**

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física do Departamento de Educação II (DEDC II) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Endereço: Rua A do Retiro, Pojuca, Bahia/Brasil. E-mail: cesarpaulofilho002@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora Titular A do Curso de Educação Física do Departamento de Educação II (DEDC II) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Bahia/Brasil. E-mail: dtigre@uneb.br

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF) vai muito além de ensinar habilidades motoras. Ela é fundamental para a formação completa dos estudantes, sendo um espaço importante para a socialização, o aprendizado sobre o respeito às diferenças e a construção de valores. Por isso, incluir estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de EF é uma questão de ética e de cumprimento da lei, exigindo que os educadores repensem suas práticas para garantir que todos possam participar e se desenvolver.

A inclusão de alunos com TEA no ensino regular é uma realidade que cresce e é amparada por leis importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei nº 12.764/2012). Na escola, a EF tem um papel central, não só por ser obrigatória, mas por ser um ambiente ideal para o desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo. Atividades físicas adaptadas podem trazer grandes benefícios para estudantes com autismo, como melhorar a coordenação, a comunicação, a interação social e diminuir comportamentos repetitivos, o que contribui diretamente para a qualidade de vida e autonomia deles.

Apesar do apoio legal, a inclusão de estudantes com autismo nas aulas de Educação Física ainda é um grande desafio. Muitos professores se sentem inseguros e despreparados para lidar com as necessidades específicas do TEA, o que acaba limitando a participação e o desenvolvimento desses alunos. É neste contexto que nossa pesquisa se insere.

O problema que guia este estudo é: Quais são os desafios enfrentados pelos professores de Educação Física da rede pública de ensino de Pojuca (Bahia) para promover a inclusão de alunos com TEA em suas aulas? Acreditamos que é importante dar voz a esses professores, entender suas realidades e, a partir de suas experiências, buscar formas de tornar a Educação Física mais inclusiva e de qualidade para todos.

Com isso, o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios enfrentados pelos professores de Educação Física do Ensino Fundamental em escolas da rede pública de Pojuca, na Bahia, na promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em suas aulas.

Para atingir esse objetivo, definimos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar o que os professores de Educação Física pensam sobre a inclusão de estudantes com TEA em suas aulas; (2) investigar os principais desafios (pedagógicos, estruturais, de

formação, entre outros) que os professores enfrentam ao trabalhar com estudantes com TEA nas aulas de EF; e (3) analisar as estratégias pedagógicas que os professores usam para garantir a participação efetiva e significativa de estudantes com TEA.

Este estudo se justifica pela necessidade urgente de investigar como a inclusão de alunos com TEA se materializa nas aulas de Educação Física em um contexto escolar específico, o município de Pojuca, Bahia. A escolha deste lócus de pesquisa se fundamenta na necessidade de transcender dados genéricos de âmbito nacional, oferecendo um olhar micro e detalhado sobre as práticas e os desafios de uma rede pública municipal. Além disso, a seleção de professores com diferentes tempos de formação e experiência (conforme detalhado na Metodologia) confere à pesquisa uma robustez analítica, permitindo correlacionar a trajetória profissional do docente com suas percepções e estratégias pedagógicas. Ao dar voz a esses professores, buscamos identificar não apenas as dificuldades, mas também as lacunas nas políticas públicas e na formação docente que, em última instância, limitam a qualidade da educação inclusiva. Esperamos que os resultados desta pesquisa ajudem a promover uma reflexão mais ampla sobre as práticas atuais, incentivando o desenvolvimento de soluções que melhorem a qualidade da educação oferecida aos estudantes com TEA, com foco em mudanças estruturais e sistêmicas.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA ESPECÍFICOS JUSTIFICATIVA**

A Educação Física Escolar, tradicionalmente percebida sob a ótica do desempenho atlético e do rendimento físico, tem progressivamente reorientado seu escopo para abranger uma perspectiva mais holística do desenvolvimento humano, com uma ênfase crescente na valorização da diversidade e na promoção da inclusão. Nesse novo paradigma, a disciplina se consolida não apenas como um espaço para o desenvolvimento de habilidades motoras, mas também como um ambiente fundamental para o cultivo de competências socioemocionais, o respeito às individualidades e a construção de uma cidadania ativa e participativa.

A inclusão, nesse contexto, transcende a simples presença física do aluno com necessidades educacionais específicas na sala de aula regular; ela demanda uma reestruturação das práticas pedagógicas, dos currículos e da própria cultura escolar, a fim

de garantir que cada estudante tenha oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento integral.

Autores A inclusão, conforme defendido por autores como Mantoan (2003) e Stainback e Stainback (1999), deve ser compreendida em sua profundidade, transcendendo a mera inserção física do aluno com deficiência. A efetivação da inclusão exige a participação plena e significativa do estudante em todas as esferas do processo educativo, reconhecendo e valorizando a diversidade como um elemento enriquecedor do ambiente de aprendizagem. No caso específico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa perspectiva inclusiva exige uma atenção particular às características singulares dessa condição.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta por meio de um espectro variado de características, incluindo, frequentemente, desafios na comunicação e interação social, padrões de comportamento restritos e repetitivos, e particularidades no processamento sensorial (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Essas especificidades demandam que os educadores, especialmente os de Educação Física, desenvolvam um olhar sensível e estratégias pedagógicas flexíveis e adaptadas.

A legislação brasileira tem avançado significativamente no sentido de garantir o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) são marcos legais que reforçam o dever do Estado e da sociedade em assegurar um sistema educacional inclusivo. Tais legislações preconizam que o ambiente escolar deve estar preparado para acolher a diversidade, oferecendo os recursos e suportes necessários para que todos os alunos possam aprender e participar.

Contudo, a transposição dessas diretrizes legais para a prática cotidiana das escolas ainda enfrenta inúmeros desafios. Como bem apontam Oliveira (2005) e estudos mais recentes como o de Lemos *et al.* (2023), persiste uma lacuna considerável no que tange à formação inicial e continuada dos professores para que possam lidar de forma adequada e eficaz com a diversidade presente em sala de aula, especialmente no que se refere aos alunos com TEA. Essa carência formativa reflete-se diretamente na qualidade do processo de inclusão e pode gerar sentimentos de despreparo e insegurança nos profissionais da educação.

É crucial ressaltar que a formação inicial, por sua natureza e limitação temporal, não tem a obrigação de formar especialistas em todas as áreas da Educação Especial, mas sim de fornecer a base teórica e pedagógica essencial para que o futuro docente possa atuar de forma reflexiva e buscar a formação continuada necessária. A crítica da banca aponta para a necessidade de diferenciar o papel da graduação (formação inicial) da pós-graduação (formação especializada), evitando a generalização de que a universidade deve suprir todas as necessidades de especialização.

Essa percepção é corroborada por estudos recentes que investigam os desafios enfrentados por professores de Educação Física na inclusão de alunos com TEA. Tais pesquisas frequentemente apontam a ausência de formação específica sobre inclusão, a dificuldade na adaptação de conteúdos e metodologias, e a escassez de apoio institucional como as barreiras mais significativas para a prática pedagógica inclusiva (KOCK; FARIAS; PAPCKE, 2025).

O estudo revelou ainda que muitos professores acabam por desenvolver estratégias pedagógicas baseadas predominantemente em sua experiência prática. Essa dependência da “experiência” e da “iniciativa individual” deve ser analisada criticamente, pois, ao invés de celebrar a “resiliência” do professor, ela expõe a falha sistêmica das políticas públicas. A resiliência, quando entendida como a capacidade de superar adversidades sem o suporte adequado, transforma um problema estrutural em uma responsabilidade individual (FAJARDO, 2013). O exemplo individual de superação não pode ser tomado como solução coletiva. Tais achados reforçam a urgência de políticas públicas efetivas voltadas à capacitação docente e ao fortalecimento de redes de apoio multidisciplinar nas escolas, para que as práticas pedagógicas se tornem verdadeiramente inclusivas e eficazes, garantindo que o sucesso da inclusão não dependa apenas do esforço heroico de um único professor.

A Educação Física, por suas características intrínsecas que envolvem o corpo, o movimento, a interação e a expressão, configura-se como um campo particularmente fértil para a promoção da inclusão. As aulas podem se tornar espaços privilegiados para o desenvolvimento de habilidades sociais, da autoestima, da autonomia e do respeito mútuo, desde que os professores estejam instrumentalizados com conhecimento teórico e prático, e demonstrem sensibilidade para adaptar os conteúdos, as metodologias e os processos avaliativos às necessidades individuais de cada aluno.

A Educação Física, por suas características intrínsecas, configura-se como um campo fértil para a inclusão. O "Caderno de Práticas Inclusivas no contexto da Educação

Física escolar" (AQUINO JÚNIOR; DINIZ, 2024) sugere a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas. Entre elas, destacam-se a utilização de jogos cooperativos para valorizar a colaboração em detrimento da competição, a proposição de atividades individualizadas ou em pequenos grupos para um acompanhamento mais ajustado, e o uso de recursos visuais (como quadros de rotina e cartões com instruções) para facilitar a compreensão e a previsibilidade para alunos com TEA. Essas estratégias, quando bem implementadas, podem transformar significativamente a experiência escolar de crianças com autismo, promovendo não apenas seu desenvolvimento motor, mas também seu bem-estar emocional e sua integração social.

A relevância da Educação Física adaptada é reforçada por pesquisas que demonstram os efeitos positivos do exercício físico para a melhora na qualidade de vida de crianças com TEA. Estudos indicam que a prática regular de atividades físicas planejadas pode contribuir para a redução de comportamentos estereotipados, a melhoria da atenção e da coordenação motora (global e fina), além de favorecer a regulação emocional e diminuir níveis de ansiedade (SILVA; OLIVEIRA, 2025). Atividades como natação, ioga, dança, e esportes adaptados, quando conduzidas de maneira lúdica e motivadora, podem oferecer estímulos valiosos para o desenvolvimento integral desses estudantes. É fundamental, portanto, que a escola e os professores de Educação Física reconheçam o potencial terapêutico e educacional da disciplina, buscando constantemente aprimorar suas práticas para torná-las verdadeiramente inclusivas e promotoras de saúde e qualidade de vida para todos.

Nesse sentido, a formação continuada de professores emerge como um pilar central para a construção de uma Educação Física verdadeiramente inclusiva. Não basta apenas o conhecimento teórico sobre o TEA; é crucial que os docentes desenvolvam competências para traduzir esse conhecimento em práticas pedagógicas efetivas, que considerem a heterogeneidade do espectro e as necessidades individuais de cada aluno. Programas de formação continuada devem, portanto, oferecer não apenas informações sobre as características do autismo, mas também promover a reflexão crítica sobre as próprias práticas, o intercâmbio de experiências entre pares, e o desenvolvimento de habilidades para a criação e adaptação de atividades, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração com outros profissionais da escola e da saúde (Gonçalves e Moura, 2024).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Natureza e Delineamento da Pesquisa**

O presente estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa, com um delineamento descritivo e exploratório. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os fenômenos sociais, as percepções, experiências e os significados que os participantes atribuem ao processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física, conforme a abordagem de Minayo (2014).

O caráter descritivo busca detalhar as características dos contextos investigados, as práticas pedagógicas adotadas, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas pelos professores. Já o aspecto exploratório nos permite uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e possibilitando a criação de hipóteses para futuras pesquisas, seguindo a perspectiva de Gil (2008).

#### **3.2. Participantes e Lócus da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em escolas de Ensino Fundamental da rede pública, localizada no município de Pojuca, no estado da Bahia. A escolha deste lócus justifica-se pela oportunidade de investigar a realidade da inclusão de alunos com TEA em um contexto escolar específico, permitindo uma análise aprofundada que transcende generalizações.

A amostra foi composta por seis (6) professores de Educação Física, aqui identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6, para garantir o anonimato. Os critérios de inclusão para a participação foram:

1. Ser professor(a) de Educação Física atuante no Ensino Fundamental da rede pública municipal de Pojuca.
2. Possuir experiência prévia ou atual com a inclusão de alunos com deficiência, especialmente Transtorno do Espectro Autista (TEA), em suas aulas.

A seleção dos participantes buscou intencionalmente incluir docentes com diferentes tempos de atuação profissional, variando de 5 a 14 anos de formados. Essa variação é um pilar metodológico deste estudo, pois permite, conforme apontado na justificativa, correlacionar a trajetória e o tempo de experiência do professor com suas percepções sobre a formação inicial, a necessidade de formação continuada e a aplicação de políticas públicas de inclusão. Ao abranger um espectro de experiências, a pesquisa ganha robustez para analisar como os desafios e as estratégias pedagógicas se manifestam em diferentes

momentos da carreira docente, fornecendo dados ricos e pertinentes aos objetivos do estudo.

### **3.3. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados**

O principal instrumento para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Segundo Manzini (2004), essa abordagem combina perguntas abertas e fechadas, permitindo que o pesquisador conduza a conversa em torno de tópicos de interesse, ao mesmo tempo em que oferece flexibilidade para que o entrevistado possa falar livremente sobre suas vivências e percepções.

O roteiro da entrevista foi composto por sete (7) questões abertas, focadas nos seguintes eixos temáticos: Percepção e Fundamentação da Inclusão, Formação e Capacitação sobre Inclusão, Estratégias e Adaptações Pedagógicas, Desafios Enfrentados no Processo de Inclusão, Contribuição da Educação Física para a Socialização, Efeitos Positivos Observados nas Adaptações e Recomendações para Melhoria da Inclusão (Roteiro de entrevista em anexo).

Para os procedimentos de coleta de dados, inicialmente, foi estabelecido contato com as direções das escolas selecionadas para apresentar a proposta da pesquisa e solicitar autorização a partir do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas em local e horário acordados com os participantes, gravadas em áudio, com autorização prévia, para posterior transcrição na íntegra. A transcrição fiel das falas constituiu o corpus de análise da pesquisa.

A escolha das escolas do município de Pojuca como campo de pesquisa deve-se ao fato de o pesquisador residir na cidade, o que facilitou o acesso às instituições e aos profissionais da educação. Além disso, o contato prévio com alguns docentes contribuiu para a viabilidade e agilidade na coleta de dados.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A presente seção dedica-se à análise e discussão dos dados empíricos coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com seis professores de Educação Física (Professores P1, P2, P3, P4, P5 e P6) da rede pública de ensino de Pojuca, Bahia. A metodologia de análise adotada foi a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), que permitiu a compilação, decomposição (codificação), recomposição (categorização), interpretação e discussão dos resultados. O foco da análise recaiu sobre a identificação

das percepções, estratégias pedagógicas e desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências, conforme os objetivos específicos deste estudo.

#### 4.1. Interpretação e Discussão Ponto a Ponto

A interpretação dos dados transcende a mera descrição, buscando estabelecer um diálogo crítico entre os achados empíricos e o referencial teórico da Educação Física Inclusiva, conforme sugerido por Gil (2008).

Na primeira questão buscamos entender a partir da entrevista a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos com TEA e outras deficiências e o impacto dessa inclusão no desenvolvimento. Vejamos as falas abaixo:

*Eu entendo que o processo de inclusão nas aulas de Educação Física independente da deficiência, é de suma importância na vida dos alunos com e sem deficiência. Pois a Educação Física é uma ferramenta, que busca eliminar barreiras e preconceitos fazendo com que todos os alunos possam participar das aulas de forma ativa e significativa. O impacto é a melhoria no desenvolvimento de habilidades físicas, sociais e emocionais (P1).*

*O impacto da Educação Física tende a ser significativo no que diz respeito no desenvolvimento da interação com os pares, dificuldade que muitos estudantes com TEA tem principalmente no que diz respeito a contato físico. Impacta também no desenvolvimento motor e também no sentimento de pertencimento, autonomia e capacidade (P2).*

*A Educação Física como componente curricular é de fundamental importância tanto para o desenvolvimento de habilidades motora, social e emocional, quanto para a manutenção do respeito à diversidade no ambiente escolar. Além disso, é uma área que possibilita o uso de estratégias e adaptações a fim de que alcançar a participação e envolvimento dos estudantes nas aulas (P3).*

*A Educação Física é essencial para inclusão, mas eu vejo a escola com alguns problemas básicos. Um deles ainda é a ideia de depósito: os pais chegam para deixar as crianças de manhã cedo, e hoje a gente tem a questão do turno como uma forma de a direção da escola trazer para casa, medicar e dormir, meio que para se ver livre no dia seguinte, condicionando novamente esse ciclo. (P4).*

*Compreendo que estudantes com deficiências variadas estão incluídos nas aulas de Educação Física, sendo respeitado seus limites, adaptando e usando recursos necessários, a depender da especificidade. Com esses ajustes, as aulas promovem ao estudante um desenvolvimento motor, cognitivo e social significativo para sua vida (P5).*

*Inclusão vai além de permitir a participação é também ajudá-la a se sentir parte do grupo... A inclusão não é apenas uma prática pedagógica, mas uma atitude de vida (P6).*

Há uma coincidência entre as falas dos professores, que veem a Educação Física como um catalisador da inclusão e uma ferramenta para o desenvolvimento integral. O ponto-chave é a percepção da EF como um espaço de potencialização, e não apenas de adaptação. Além disso P1 acrescenta que a Educação Física busca eliminar barreiras e preconceitos. Já P2 destaca o impacto no sentimento de pertencimento, autonomia e capacidade, isso demonstra que os docentes percebem a inclusão como um processo que promove autonomia. A depoente P3 reforça essa visão ao destacar o papel da EF na "manutenção do respeito à diversidade" e na garantia da "participação e envolvimento" de todos os estudantes, consolidando o consenso sobre a relevância da área.

A percepção dos professores sobre a Educação Física como uma ferramenta fundamental para a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos está em consonância com a literatura acadêmica. Siqueira e Chicon (2020) defendem que a Educação Física, ao ser ressignificada por meio de práticas pedagógicas inclusivas, torna-se um espaço potente para o desenvolvimento de alunos com autismo. As falas dos docentes sobre a promoção de "autonomia e capacidade" e a manutenção do "respeito à diversidade" refletem essa ressignificação, na qual o foco se desloca da mera adaptação para a potencialização das habilidades de cada estudante.

Ademais, o consenso entre os professores de que a Educação Física contribui para "eliminar barreiras e preconceitos" é corroborado por Rêgo *et al.* (2025), que apontam a importância da criação de um ambiente escolar inclusivo como um todo. O discurso dos professores indica que eles percebem seu papel não apenas como instrutores de atividades físicas, mas como agentes de transformação social, utilizando o componente curricular para fomentar uma cultura de respeito e inclusão que transcende a quadra de esportes.

Para a questão seguinte foi investigado a formação acadêmica e profissional dos professores para lidar com a inclusão. Para a questão seguinte, foi investigada a formação acadêmica e profissional dos professores para lidar com a inclusão. Vejamos abaixo:

*Durante a minha caminhada no ensino superior, só vivenciei a libras em forma de disciplina e de uma forma bem simples. Isso me influenciou a fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para pessoas com Necessidades Educaís Especiais. Assim abrindo meu leque de aprendizado, já que muitos colegas focavam em fazer seus trabalhos para esportes conhecidos e pessoas ditas normais (P1).*

*Quando tive o componente na Universidade, por volta de 2010, as discussões sobre Educação inclusiva estavam em outro momento,*

*sendo que a ênfase dada pela professora a época foi centralizada nas discussões sobre as pessoas crianças com síndrome de Down [...] Penso que a minha maturidade a época me fez negligenciar o aprofundamento neste conteúdo [...] Ingressei na Rede estadual de ensino no ano de 2023, desde essa época percebo uma preocupação constante da coordenação pedagógica e da escola na capacitação dos professores para a inclusão [...] Para isso tenho buscado ambientes formativos externos, estou no curso de mestrado do PROEF -UESB e lá tivemos um componente chamado de Escola, Educação Física e inclusão (P2).*

*As disciplinas 'Educação Física adaptada', e 'Educação física escolar na perspectiva da inclusão', durante a graduação e pós graduação, respectivamente, e as formações atuais disponibilizadas pela Secretaria de Educação, através do Núcleo de Educação Inclusiva, dão um suporte, consideravelmente razoável, para auxiliar a prática pedagógica. Justificando-se pelo fato de que muitos desafios são enfrentados na prática, principalmente, quando a realidade de alguns estudantes atípicos diverge da expectativa apresentada (P3).*

*Durante a faculdade me ocorreu de conseguir que de maneira superficial a gente era capacitado, só que o chão da escola ele é muito diferente e de maneira um pouco errônea, né? Muitas vezes a gente tem uma compreensão diferente do que vai haver na realidade. Então, a formação em si, ela se baseia muito mais na questão teórica. E aí quando a gente se dá conta da relação prática, às vezes a gente fica meio perdido no que fazer [...] Então acho que a faculdade deixa muito a desejar ainda também nesse ponto (P4).*

*Durante minha passagem acadêmica tivemos a disciplina de Educação Inclusiva, e nela foram abordados o TEA e outras deficiências dentro da escola e como poderíamos trabalhar em nossas aulas. Despertou em mim a curiosidade em estudar e aprofundar mais um pouco para melhor atender, tendo em vista que a matéria tem um prazo curto de abordagem. Desde então, estou sempre buscando entender cada caso encontrado em minhas séries para poder da melhor forma ajudar e ajustar a dinâmica da aula. Estou sempre em contato com profissionais do AEE para trocar ideias, ouvir, aplicar as sugestões (P5).*

*Na minha formação acadêmica, lembro que havia alguma matéria abordando a inclusão de crianças com TEA e outras deficiências, mas, na prática, não tive uma capacitação específica sobre o tema. Na verdade, aprendi muito mesmo ao lidar com as situações no dia a dia das aulas. Foi na prática, observando, tentando adaptar atividades e buscando compreender as necessidades de cada criança, que desenvolvi estratégias para incluir todos de forma respeitosa e eficaz (P6).*

Observa-se um ponto em comum nas falas dos professores, que indicam que a formação inicial na graduação foi insuficiente ou superficial para os desafios da inclusão. O Professor P4 afirma que a capacitação na faculdade ocorre "de maneira superficial" e que a instituição "deixa muito a desejar". A Professora P6 corrobora essa visão, ao dizer que não teve uma "capacitação específica sobre o tema" e que aprendeu "na prática,

observando, tentando adaptar atividades". O Professor P1 e a Professora P5 destacam que a abordagem limitada na graduação despertou a necessidade de aprofundamento posterior, seja através do TCC, como no caso de P1, ou da busca por mais estudos para "melhor atender" (P5), tendo em vista que a matéria na faculdade tinha um "prazo curto de abordagem" (P5).

O Professor P2 relata que as discussões em sua época eram focadas em outro ponto e que, desde seu ingresso na rede, busca "ambientes formativos externos", como o curso de mestrado, onde teve um componente específico sobre "Escola, Educação Física e inclusão". A Professora P3, por sua vez, menciona que as disciplinas e formações continuadas dão um "suporte, consideravelmente razoável", mas reconhece que a realidade prática apresenta desafios que "divergem da expectativa". Adicionalmente, a Professora P5 indica que, para melhor atender e ajustar a dinâmica da aula, está "sempre em contato com profissionais do AEE para trocar ideias, ouvir, aplicar as sugestões". Este contato com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma estratégia utilizada para ajudar e ajustar a dinâmica da aula.

Os relatos dos professores sobre a insuficiência da formação inicial para a inclusão são um tema recorrente na pesquisa acadêmica. Greguol, Malagodi e Carraro (2018) apontam que a insegurança de muitos professores de Educação Física advém de uma formação profissional precária. As afirmações de que a faculdade "deixa muito a desejar" e que o aprendizado se deu "na prática" ilustram vividamente essa lacuna entre a teoria e a realidade do chão da escola, conforme descrito pelos autores.

Na terceira questão, buscou-se compreender que estratégias e adaptações os professores utilizam para garantir que crianças com TEA e outras deficiências possam participar efetivamente das aulas de Educação Física. Vejamos abaixo:

*Para garantir que o aluno com deficiência possa participar das aulas da melhor forma possível eu busco valorizar a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo, em vez de competição excessiva. Fazendo a adaptação do espaço que será feita a aula, modificando o ritmo e a intensidade das atividades, utilizar estratégias de ensino através de vídeos, palestras e aulas inclusivas, promover um diálogo aberto com os alunos e as famílias, e sempre buscando formação para melhorar minha prática pedagógica (P1).*

*A participação da família é extremamente importante nesse processo [...] O diálogo com a mãe da estudante Julia na reunião de pais no primeiro semestre me ajudou bastante a saber a forma de me aproximar dela [...] Passei a dar os comandos a turma, mas com maior proximidade e atenção a ela, e sendo bem literal visto que essa é uma*

*característica comum a muitos estudantes com TEA. Passei a dialogar em momentos pontuais com a estudante sobre assuntos que são o hiperfoco dela, de uma forma que não chegasse atrapalhar e sim ser um aliado [...] Também deixo ela a vontade para participar da aula com a colega que ela tem mais afinidade (P2).*

*Algumas estratégias dependem das especificidades dos estudantes, mas comumente são utilizadas adaptações com ferramentas visuais e alguns recursos tecnológicos. O profissional do AEE (Atendimento Educacional Especializado) presente na Unidade Escolar desenvolve um trabalho em parceria com os professores oferecendo suporte constantemente (P3).*

*Isso é interessante porque meio que tudo nosso é adaptado. A gente não consegue ter materiais disponíveis para adaptar com os alunos, entre aspas, dito convencionais. E com a questão da inclusão dos alunos com deficiência, e transtorno de maneira geral, é ainda mais complicado. Materiais que a gente tem muitas vezes, né, e adaptações pedagógicas e metodológicas, a gente só tem bambolês, cones e bolas (P4).*

*Antes de receber os estudantes no início do ano letivo, ou quando entram no meio do processo, procuro entender qual especificidade dele(s). Ouço dele(s) quais são as expectativas para as aulas e depois vou até o profissional do AEE para saber se tem laudo e entender suas limitações diante do laudo, para poder atuar. Os que são não verbais, faço a leitura na prática. Durante as aulas propostas, vou fazendo análise de como ele entrega, adapto se necessário, e se precisar de recurso entro com intervenção nas próximas aulas. Geralmente estímulo para que experimentem fazer sem recurso. Respeitando seus limites e momento de recusa (P5).*

*Para garantir que todas as crianças participem efetivamente das aulas, primeiro gosto de entender e conhecer meus alunos para poder oferecer um ambiente acolhedor e respeitoso para assim utilizar diferentes estratégias e adaptações, sempre respeitando as necessidades individuais. Faço pesquisas constantemente para estratégias e recursos que possam ajudar na adaptação das atividades, como simplificar instruções, organizar a aulas de forma que todos consigam acompanhar, oferecendo apoio individual quando necessário e utilizo materiais que facilitem a participação (P6).*

As falas dos professores revelam uma convergência na necessidade de conhecer o aluno para individualizar as estratégias. O P6 afirma que busca primeiro "entender e conhecer" seus alunos, e o P5 relata que procura "entender qual especificidade" de cada um antes de atuar. A parceria com outros atores é um ponto em comum, seja através do "diálogo aberto com os alunos e as famílias" (P1), da colaboração com o "profissional do AEE" (P3), ou da comunicação direta com a família, que o P2 considera "extremamente importante". O P2 também acrescenta uma estratégia particular, que é usar o "hiperfoco" do aluno como um "aliado". Em contraponto, o P4 destaca a precariedade de recursos,

afirmando que as adaptações são feitas com o que se tem, como "bambolês, cones e bolas", um desafio que exige criatividade e improviso.

Adicionalmente, o P1 destaca que, para garantir a participação, busca "valorizar a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo, em vez de competições excessivas". O P2 também menciona que deixa o aluno "a vontade para participar com um colega que ele tem mais afinidade". O P5, por sua vez, ressalta que, para garantir que todas as crianças participem efetivamente das aulas, primeiro gosta de "entender e conhecer meus alunos para poder oferecer um ambiente acolhedor e respeitoso para assim utilizar diferentes estratégias e adaptações", sempre respeitando as necessidades individuais. O P5 também afirma que, antes de receber os estudantes no início do ano letivo, ou quando entra no meio do processo, procura "entender qual especificidade dele(a)". P6, por fim, menciona que utiliza "estratégias e recursos que possam ajudar na adaptação das atividades, como simplificar instruções, organizar as aulas de forma que todos consigam acompanhar, oferecendo apoio individual quando necessário e utilizo materiais que facilitem a participação".

As estratégias mencionadas pelos professores, como a adaptação de atividades e a valorização da cooperação, estão em linha com as recomendações de Fiorini (2021), que descreve estratégias para promover a participação de alunos com TEA. A ênfase em conhecer a "especificidade" do aluno e usar seu "hiperfoco" como um "aliado" demonstra uma abordagem personalizada e centrada no estudante, fundamental para uma inclusão efetiva.

Na quarta questão, foram investigados os principais desafios enfrentados pelos professores ao incluir alunos com TEA ou outras deficiências nas atividades físicas e como eles lidam com essas dificuldades. Vejamos as respostas:

*Os principais desafios são; Estrutura física, falta de material adaptado, falta de apoio especializado. Eu busco ajuda com profissionais especializados fora do muro das escolas e tento estudar a deficiência do aluno que estou ensinado (P1).*

*Existem diversos desafios, como: Sala com muitos estudantes entre estudantes típicos e atípicos [...] Outra questão é o grande número de aulas estabelecidos para um professor de Educação Física de 40h no estado, no mínimo 26 aulas [...] Descrevendo situações do dia-a-dia na sala de aula destaco a o embate curricular, inicialmente os estudantes tem resistência para viver experiências curriculares que saiam do contexto cultura esportivista [...] No ensino fundamental 2 o desafio inicial está ligado ao bullying, fruto da falta de conhecimento e vivência com a diferença [...] Outra dificuldade que temos está*

*relacionado a família, temos estudantes que a família algumas famílias são muito engajadas com seus filhos e ajudam bastante no processo, acompanham de perto. Outras não se preocupam em nenhum momento (P2).*

*Dentre os desafios, observam-se estudantes que apresentam sonolência, chegando a dormir no horário da aula devido ao uso da medicação, tendo uma baixa participação nas aulas; dificuldade na comunicação, mesmo com o uso de estratégias de imagens, por exemplo. No entanto, o maior desafio, é o estudante que ainda não se encontra adaptado ao ambiente escolar, não alcançando um tempo mínimo de permanência na sala de aula e em outros espaços (exceto quando dorme) apresentando bastante inquietação, mudanças constantes de humor, até mesmo, mostrando-se agressivo nas tentativas de interação com os demais colegas [...] Ressalvo que as aulas acontecem apenas uma vez por semana, durante 50 minutos, com uma média de 25 estudantes por turma, dentre esses, alguns que apresentam laudos com diagnósticos, e outros que estão em processo de investigação, ou à espera de acompanhamento (P3).*

*Eu até listei algumas aqui. A primeira delas foi a questão da rotatividade. Esses auxiliares, pelos baixos salários que eles ganham, e pela demanda de maneira geral, eles ficam rodando com esses meninos. Então você não consegue ter um auxiliar com esse menino do início ao final do ano. E a gente sabe que autista ele tem necessidade muitas vezes de ter a rotina [...] Segunda questão que eu coloquei, que eu até disse anteriormente, foi a falta de capacitação, tanto para a gente, quanto para esses profissionais que eles lidam com essas crianças, que basicamente não existe da maneira que deveria ocorrer. A ausência ainda da família [...] E também a própria demanda. Coloquei que as pessoas de educação física têm um ciclo de formação inexistente para a área (P4).*

*O principal desafio é quando eles se recusam fazer a atividade proposta, talvez por achar difícil ou nada atrativo. Também quando se envolvem por pouco tempo, mostram desinteresse e querem sair da aula antes de terminar. [...] não ter profissional de apoio para os estudantes que ainda não tem laudo e os que tem outras deficiências impactam diretamente com a logística da aula dificultando o processo. Precisamos parar com frequência para acalmar um, separar conflito do outro, adaptar o outro. Infelizmente o sistema não nos dá suporte e nem para professores regentes (P5).*

*Um dos principais desafios ao incluir alunos com TEA ou outras deficiências é lidar com a diversidade de necessidades na mesma turma, às vezes com mais de um aluno com necessidades especiais. A falta de materiais e a diferença de ritmos também podem dificultar a participação de todos. Para superar isso, mantenho atenção, paciência e flexibilidade, adapto atividades, uso recursos alternativos e incentivo a cooperação entre os colegas, garantindo que todos se sintam incluídos e motivados. Na falta de materiais, utilizo recursos alternativos e criatividade, adapto objetos, modifico jogos e uso elementos visuais ou táteis que facilitem a compreensão e participação (P6).*

As falas dos professores apontam para um conjunto de desafios estruturais e pedagógicos. A falta de recursos é um ponto comum, citada como "falta de material adaptado" (P1) e "falta de materiais" (P6). A carência de suporte profissional também é evidente, seja pela "falta de apoio especializado" (P1), pela ausência de "profissional de apoio" (P5) ou pela "rotatividade" dos auxiliares (P4), que impede a criação de rotina. Desafios em sala de aula são igualmente destacados, como a "diversidade de necessidades na mesma turma" (P6), a "recusa" do aluno em participar (P5) e comportamentos como "inquietação" e "agressividade" (P3).

Além disso, P2 relata que existem diversos desafios, como: "Sala com muitos estudantes entre estudantes típicos e atípicos", o "grande número de aulas estabelecidos por um professor de Educação Física de 20h na cidade, no mínimo 26 aulas", o "embate curricular" e a "resistência para viver experiências curriculares que se somam ao contexto sócio esportivista". O P2 também menciona que o desafio inicial no ensino fundamental está ligado ao "bullying, fruto da falta de conhecimento e vivência com a diferença" e que a "família" é uma dificuldade, pois "algumas famílias muito engajadas com seus filhos e ajudam bastante no processo, acompanham de perto. Outras não se preocupam em nenhum momento".

Os desafios relatados pelos professores, como a falta de recursos, de apoio e de formação adequada, são amplamente documentados na literatura. Fiorini e Manzini (2014; 2016) identificaram dificuldades semelhantes em seus estudos, evidenciando a precariedade estrutural e o sentimento de despreparo dos docentes. As falas sobre a "falta de material adaptado", a "rotatividade" dos auxiliares e a "falta de capacitação" pintam o retrato de um sistema que, apesar do discurso inclusivo, muitas vezes falha em prover as condições necessárias para que a inclusão se efetive.

A resiliência dos professores diante desses desafios, utilizando de "paciência e flexibilidade" e buscando ajuda externa, é notável. Contudo, como argumentam Greguol, Malagodi e Carraro (2018), o esforço individual, embora louvável, não é suficiente. A recorrência desses desafios nas falas dos professores sublinha a urgência de mudanças sistêmicas, que ultrapassem a ação individual do professor e garantam o suporte estrutural e pedagógico necessário para uma educação inclusiva de qualidade.

A análise das estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos professores, muitas vezes de forma autônoma e criativa diante da escassez de recursos e formação, revela um esforço louvável. Contudo, é imperativo que a discussão dos resultados evite a armadilha de romantizar a resiliência individual do docente. A crítica da banca é pertinente: o foco

deve ser na crítica estrutural. O fato de o professor “P6” utilizar “recursos alternativos e criatividade” na falta de materiais adaptados (KOCK *et al.*, 2025) não é um atestado de sucesso da inclusão, mas sim um sintoma da ineficácia das políticas públicas em prover o suporte material e profissional necessário. A solução para os desafios da inclusão não reside na capacidade individual de “dar um jeito”, mas sim na implementação de políticas públicas sistêmicas que garantam formação continuada de qualidade, materiais adaptados e profissionais de apoio em número suficiente. A superação individual, embora real, não pode mascarar a necessidade de uma solução coletiva.

Na quinta questão, foi investigado de que forma a prática da Educação Física contribui para a socialização de alunos com TEA e outras deficiências, e quais estratégias os professores adotam para promover essa interação. Vejamos as falas:

*A educação física contribui, para promoção da inclusão e pertencimento, Desenvolvimento de habilidades sociais: Fomento da autonomia e autoconfiança: Fortalecimento de laços sociais: Desconstrução de preconceitos e Melhora da saúde mental preparando os alunos para os desafios coletivos da vida. A estratégia que adoto é jogos cooperativos e faço adaptações para os alunos ditos normais vivenciem a deficiência dos seus colegas (P1).*

*É um processo longo de conscientização para que os estudantes passem a entender a diferença, e esse um caminho que deva ser de toda a comunidade escolar. Na segunda unidade passei a dar os comandos a turma, mas com maior proximidade e atenção aos estudantes com TEA. A conversa com os colegas tem que ser uma constata para que o bullying seja trabalhado, principalmente nos alunos do ensino fundamental. E principalmente tenho identificar o colega que o estudante com TEA tenha mais afinidade para realizar as atividades (P2).*

*A equipe pedagógica em junção com o profissional do AEE, adotam uma prática constante com os estudantes, que passam a conhecer os colegas atípicos e as suas especificidades durante o ano letivo, a fim de incentivar o respeito, o acolhimento, contribuindo para a integração. Sendo assim, as turmas compreendem com mais facilidade os processos de adaptações necessários, e tendem a motivá-los a participar das atividades. A maioria expressa satisfação e apreço pelas aulas de Educação Física (P3).*

*A gente trabalha muito com as questões que envolvam jogos cooperativos. Os jogos cooperativos, de maneira geral, eles proporcionam a interação do grupo, seja pra questão de socialização, pra troca de ideias. E nisso, a gente consegue abarçar todos os alunos [...] Então geralmente essas metodologias são botadas pra isso aí, pra trazer pro grupo, pra fazer questões cooperativas, pra que eles não se sintam sozinhos, pra que eles saibam também que... Embora haja essas questões de dificuldades de maneira geral, isso vai ser natural em todo ser humano (P4).*

*A Educação Física com sua força de momentos lúdicos tem um grande impacto com os estudantes promovendo integração, cooperação, respeito, empatia, e a desmistificação de preconceitos, além de desenvolver a autonomia e autoestima através de atividades adaptadas e inclusivas que os conectam com os colegas e o ambiente escolar. Estou sempre diversificando regras, deixando que eles criem, dando autonomia, alternando a intensidade, ritmo (P5).*

*Eu adapto as atividades físicas procurando atender as necessidades individuais de cada aluno, também ofereço apoio individual quando necessário e ajusto o ritmo e a dificuldade das atividades. Também incentivo a colaboração entre os colegas para criar um ambiente acolhedor e inclusivo. O efeito positivo dessas adaptações é que todos conseguem participar de forma ativa, se sentem mais confiantes e motivados, desenvolvendo as habilidades motoras, sociais e emocionais (P6).*

As falas dos professores convergem para o uso de estratégias que promovem a coletividade e o respeito às diferenças. O uso de "jogos cooperativos" é uma estratégia comum, mencionada por P1 e por P4 como forma de "proporcionar a interação do grupo". A adaptação das atividades é outro ponto central, como destaca P6, que busca "atender as necessidades individuais" e "incentivar a colaboração entre os colegas". P5 reforça essa ideia ao afirmar que a Educação Física promove "integração, cooperação, respeito, empatia" por meio de "atividades adaptadas e inclusivas". P2 acrescenta a importância da "conscientização" e da conversa constante para combater o "bullying", além de identificar colegas com quem o aluno com TEA tenha mais afinidade.

P1 também afirma que a Educação Física contribui para a "promoção da inclusão e pertencimento, desenvolvimento de habilidades sociais, fomento da autonomia e autoconfiança, fortalecimento de laços sociais, desconstrução de preconceitos e melhora da saúde mental", utilizando "jogos cooperativos e fáceis adaptações" para que os alunos ditos normais vivenciem a deficiência dos seus colegas. P2 complementa que é um processo longo de "conscientização para que os estudantes passem a entender a diferença", e que o diálogo com a família é "extremamente importante". P3, por sua vez, ressalta que o trabalho em parceria com o profissional do AEE é fundamental para "a acolhimento, contribuindo para a integração". P5 destaca que "adota sempre diversificados recursos, garantindo que os estudantes queiram e estejam brincando, interação, ritmo", e que "adapta as atividades físicas procurando atender as necessidades individuais de cada aluno, também ofereço apoio individual quando necessário e ajusto o ritmo e a dificuldade das atividades". Por fim, P6 menciona que "incentiva a colaboração entre os colegas para criar um ambiente acolhedor e inclusivo".

O uso de "jogos cooperativos" e a adaptação de atividades para promover a socialização, conforme relatado pelos professores, são práticas pedagógicas recomendadas por Siqueira e Chicon (2020) para a inclusão de alunos com autismo. Essas estratégias deslocam o foco da competição para a colaboração, criando um ambiente mais acolhedor para todos os alunos e promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, como mencionado pelos docentes.

Na sexta questão, perguntou-se como os professores adaptam as atividades físicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA e outras deficiências e que efeitos positivos observaram. Vejamos abaixo:

*Eu faço a adaptação dos planejamentos cuidadosamente com uma profissional do Núcleo da Educação Inclusiva visando o melhoramento e a inclusão do aluno deficiente nas aulas. Os efeitos foram o melhoramento dos colegas com o aluno deficiente, os mesmos passaram a ser mais pacientes e respeitadores com o mesmo (P1).*

*Nas aulas práticas tenho deixado eles vivenciarem a corporeidade ao seu modo, quando percebo que eles não conseguem realizar o movimento tendo de adaptar o movimento para que eles possam ter outras possibilidades, quando há a recusa de interação com os pares tento verificar o colega no qual esse estudante estabeleceu uma relação de confiança para que ele possa realizar a atividade. Confesso que ainda tenho muitas dificuldades, principalmente porque não foi uma realidade formativa para mim e para os colegas que fizeram a graduação antes de mim (P2).*

*As adaptações, na maioria das vezes, estão relacionadas à estrutura das atividades selecionadas, a exemplo da diminuição da distância/altura, devido ao baixo condicionamento físico e níveis limitados de força, redução do tempo de participação; uso de recursos visuais, mediações e explicações curtas e objetivas, demonstração dos exercícios aplicados e/ou execução dos movimentos de maneira livre, mas com a devida supervisão. Observa-se a evolução a fim de aumentar gradativamente o grau de dificuldade dos exercícios, quando possível (P3).*

*A gente tem núcleos que possibilitam que a gente possa fazer essa adaptação de atividades. Eu tive o exemplo de Gabriel, a abordagem com o Gabriel aconteceu na infância ainda e pelo fato dele estudar na mesma escola durante esse período, ele teve diversos avanços, como por exemplo: Na motricidade: tanta ênfase, ela foi desenvolvida. Na socialização com os colegas: também mudou bastante durante esse período, tanto pela adaptação de atividades, quanto pelo apoio familiar e também pela realização prática. O Gabriel hoje faz todas as práticas sem dificuldade alguma. Avanços na própria socialização: Gabriel era um aluno que tinha muita dificuldade, por exemplo, com toque, ele tinha pouca responsabilidade e isso foi, ao longo do tempo, sendo estabelecido. Na fala: Ele não é um aluno que consegue fazer aquela lei de procura, apresentação e tal. Só que hoje, por exemplo, os comandos básicos de necessidade ele consegue estabelecer. Se ele quer*

*uma água, ele consegue pedir. Se ele precisa do banheiro, se ele quer se comunicar que está com fome ou alguma outra coisa, ele consegue realizar. Ele se sente aberto (P4).*

*Dento da programação da grade da unidade deixo algumas aulas livres. Livre supervisionada onde os deixo livres para determinarem a proposta da aula do dia, criarem as próprias regras, dividam o time, organizem, resolvam possíveis conflitos, enfim, dou autonomia, supervisiono e faço interferência se necessário (P5).*

*Eu costumo adaptar as atividades de acordo com as necessidades de cada aluno. Para os que estão dentro do espectro autista ou têm alguma deficiência, procuro dar instruções mais simples e objetivas, muitas vezes com apoio também individual. Também utilizo materiais adaptados, como bolas mais leves, bambolês e cones coloridos, que estimulam a atenção e ajudam no desenvolvimento motor. Respeito o ritmo de cada criança, permito pausas quando necessário e sempre valorizo cada pequena conquista [...] Com essas adaptações, já percebi resultados muito positivos, como maior participação nas aulas, avanços na coordenação e no equilíbrio, melhora na comunicação, na timidez, além disso, sinto que o ambiente se torna mais inclusivo, o que faz diferença para todos (P6).*

Os professores relatam uma variedade de adaptações e resultados positivos. P6 e P3 mencionam estratégias como o uso de "instruções mais simples e objetivas" e a "redução do tempo de participação". A adaptação de materiais, como o uso de "bolas mais leves, bambolês e cones coloridos", é uma prática citada pela P3. A colaboração com núcleos de apoio é um ponto destacado pelo P1, que planeja em conjunto com uma "profissional do Núcleo da Educação Inclusiva", e pelo P4, que relata a possibilidade de "sentar com esse núcleo" para definir as adaptações.

Como resultado dessas adaptações, os professores observam melhorias tanto no desenvolvimento individual do aluno quanto no ambiente da turma. P4 cita o caso de um aluno que teve "diversos avanços", como na "motricidade" e na "socialização". P6 percebe "maior participação nas aulas, avanços na coordenação e no equilíbrio", e P1 nota que os colegas se tornaram "mais pacientes e respeitadores". A P5 acrescenta a estratégia de dar "autonomia" aos alunos em aulas livres, permitindo que eles mesmos criem as regras e organizem as atividades.

Adicionalmente, P1 afirma que a adaptação dos planejamentos é feita "cuidadosamente com uma profissional do Núcleo da Educação Inclusiva", e que os esforços foram para melhorar a prática pedagógica. P2 destaca que, nas aulas práticas, tem deixado os alunos vivenciarem a corporeidade ao seu modo, e que a conversa constante com os colegas é fundamental para que o aluno com TEA possa ter mais atenção. P3 complementa que as adaptações são feitas para "evitar a fadiga, modificando

o ritmo e a intensidade das atividades", e que a observação é feita para "aumentar gradativamente o grau de dificuldade dos exercícios, quando possível". P5, por sua vez, relata que, no seu planejamento, "dentro do programa da grade da unidade deixo algumas aulas livres", onde os alunos "propõem as próprias regras, dividem o time, organizam, resolvem possíveis conflitos, enfim, dou autonomia, superviso e faço interferência se necessário". P6 afirma que costuma adaptar as atividades de acordo com as necessidades de cada aluno, e que utiliza "materiais mais simples, objetivos, muitas vezes com apoio também individual", e que o ambiente se torna "mais inclusivo, o que faz diferença para todos"

Os relatos dos professores sobre os efeitos positivos das adaptações, como a "maior participação nas aulas" e os "avanços na coordenação e no equilíbrio", são consistentes com os benefícios da atividade física para crianças com TEA descritos na literatura. O caso do aluno Gabriel, relatado por um dos professores, é um exemplo potente de como um trabalho contínuo e bem estruturado de inclusão pode gerar avanços significativos nas habilidades motoras, sociais e de comunicação.

Na sétima e última questão, os professores apresentaram suas visões sobre as mudanças estruturais, pedagógicas e de capacitação necessárias para melhorar a inclusão na Educação Física Escolar. Vejamos as recomendações:

*Pra melhorar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Física é fundamental a formação e a capacitação dos profissionais, a adaptação do espaço físico e do material didático, a modificação de regras e ritmos das atividades, o uso de metodologias pedagógicas inclusivas, o apoio multiprofissional, a parceria com as famílias e a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade e o respeito às diferenças individuais de cada aluno (P1).*

*Acredito que o contato com experiências exitosas na nossa área seja necessário. Tenho colegas do PROEF que estão desenvolvendo projetos na área da inclusão e o resultado das suas pesquisas e produtos educacionais vão servir como ferramenta pedagógicas para que outros professores possam experimentar com suas turmas e servir de inspiração para criação de estratégias novas [...] Nas questões estruturais e pedagógicas os é preciso que as escolas tenham uma equipe multiprofissional, pois o professor sozinho não consegue ter braços para atingir a todos. Por isso a importância de uma equipe de AEE fixa na escola com o número de profissionais adequado para o número de estudantes. Escolas que tenham sala de recurso multifuncional, com estrutura que ofereça o professor possibilidade para trabalhar (P2).*

*Há muito que se discutir e aprofundar em estudos que visem uma inclusão efetiva, segura e confortável para crianças com TEA e outras deficiências, garantindo a EQUIDADE de oportunidades. Na maioria dos casos os estudantes necessitam acessar também salas*

*especializadas, com recursos e suporte de uma equipe multifuncional a fim de desenvolver estratégias que atendam as diversas singularidades, promovendo uma aprendizagem mais sólida [...] Se tratando da Educação Física Escolar, muitos professores não recebem uma preparação adequada para lidar de maneira segura com estudantes com transtornos e deficiências, que apresentam necessidades distintas, e como consequência disso, observamos pouca participação destes nas aulas, ou até mesmo a exclusão. Portanto, é imprescindível maiores investimentos na capacitação dos docentes, e um trabalho conjunto com outros profissionais especializados, ferramentas tecnológicas, equipamentos adaptados, implementação de ações educativas e de conscientização ofertando um ambiente acolhedor, respeitoso e colaborativo (P3).*

*Essa formação entra também como uma das recomendações. A gente tem um tempo destinado a AC [Atividade Complementar], mas essas formações não possibilitam que o professor saia do horário de aula para fazê-las, principalmente em Educação Física. O professor quando é que ele planeja? Ele vai planejar em casa ou em um horário que não seria o horário dele ir ao trabalho? Essa própria rotatividade dos professores de Educação Física em várias escolas... as formações que se sugerem são específicas nesse horário da AC. E aquele tempo para AC, que já é um tempo que não é muito grande, quem trabalha e tem que adaptar atividades para os alunos com deficiência não consegue fazer no tempo real. Não consegue porque você tem que buscar, você tem que pesquisar, você tem que desenvolver materiais diferentes. Esse desenvolvimento de materiais diferentes dá muito trabalho. Fiz lista de materiais necessários para as aulas de Educação Física há sete anos para ter uma aula de qualidade, mas os materiais nunca chegaram. Sem os recursos adequados, como é que eu vou adaptar muitas das situações de atividade para essas crianças se eu não ofereço segurança e se eu não ofereço materiais? São essas crianças que mais sofrem com essas adaptações, com essa falta do material (P4).*

*Um olhar, uma escuta melhor e mais acentuada, direcionada para quem está de fato na sala/quadra de aula sobre suas dificuldades poderia ser um bom começo. Oferecer suporte com profissional de apoio para os estudantes com outras deficiências, já que a Lei Brasileira de Inclusão garante esse direito, porém abre uma brecha 'quando houver necessidade' e assim ficam desamparados, sem acompanhamento, dificultando o auxílio para uma melhor autonomia, desempenho. Cursos de capacitação oferecidos pela instituição de trabalho, para toda equipe escolar e contínuo principalmente para profissionais regentes e apoio, além de efetividade do profissional do AEE atuar diretamente nas ações, nos auxiliando, dando palestra, suporte para toda equipe (P5).*

*Na prática, a capacitação muitas vezes nem existe ou é muito limitada. Alguns cursos oferecem apenas uma introdução superficial ao tema, o que não prepara totalmente os professores e a equipe para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. Por isso, acredito que seria fundamental investir em formação contínua e específica para todos os profissionais da escola, professores, auxiliares e demais membros para que todos saibam como promover a inclusão de forma eficiente e acolhedora [...] Além disso, contar com mais auxiliares em sala é fundamental para oferecer apoio individualizado, garantir segurança*

*e permitir que cada criança participe plenamente das atividades [...] Outro ponto importante é a melhoria e diversificação dos materiais disponíveis [...] A criação de um espaço pensado especialmente para esses alunos, onde possam realizar atividades psicomotoras e propostas adaptadas, também seria muito positiva (P6).*

As recomendações dos professores convergem para a necessidade de melhorias em três eixos principais: capacitação, estrutura e apoio profissional. No que tange à capacitação, P1 e P3 destacam a "formação e a capacitação dos profissionais" como fundamental, sendo "imprescindível maiores investimentos na capacitação dos docentes". P6 complementa ao observar que "a capacitação muitas vezes nem existe ou é muito limitada", defendendo que seria "fundamental investir em formação contínua e específica", enquanto P5 aponta a necessidade de "Cursos de capacitação oferecidos pela instituição de trabalho" e P2 ressalta a importância do "contato com experiências exitosas".

Em relação à estrutura e ao apoio profissional, P1 e P3 citam a "adaptação do espaço físico e do material didático" e o uso de "ferramentas tecnológicas, equipamentos adaptados". A carência de recursos é ratificada por P4, que lamenta que a lista de materiais necessários, "nunca chegaram". Quanto ao apoio, P2 e P3 defendem o "apoio multiprofissional" e o "suporte de uma equipe multifuncional", com P2 especificando a necessidade de "uma equipe de AEE fixa na escola". Por fim, P5 e P6 reforçam a importância de "Oferecer suporte com profissional de apoio" e de "contar com mais auxiliares em sala" para garantir o "apoio individualizado".

As recomendações dos professores convergem para três pilares fundamentais para a melhoria da inclusão: formação, estrutura e apoio. Essa tríade é constantemente destacada na literatura especializada. Barreto (2023) ressalta a centralidade da formação inicial e continuada de professores. As falas dos docentes sobre a insuficiência da formação e a dificuldade em realizá-la por falta de tempo e de apoio revelam uma falha crítica no sistema.

A demanda por melhor estrutura, incluindo materiais e espaço físico adaptados, e por uma equipe de apoio multiprofissional, também é um consenso entre os pesquisadores (Fiorini & Manzini, 2014; Rêgo *et al.*, 2025). O apelo dos professores por uma "equipe de AEE fixa na escola" e por uma "escuta melhor e mais acentuada" de suas dificuldades é um clamor por uma mudança sistêmica, que reconheça a complexidade do trabalho inclusivo e ofereça as condições concretas para que ele seja realizado com qualidade. As

falas deixam claro que, sem essas mudanças estruturais, a inclusão corre o risco de permanecer apenas no discurso, sustentada apenas pelo esforço individual e, muitas vezes, solitário dos professores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física na rede pública de Pojuca, Bahia, este estudo revelou uma realidade com muitos lados. O principal achado é um paradoxo: os professores reconhecem a importância da inclusão, mas enfrentam desafios de estrutura e formação que limitam a eficácia dessa prática. A pesquisa mostrou que, apesar da falta de "formação específica e apoio institucional", os professores de Educação Física demonstram grande "disposição" e usam sua "experiência prática" para criar suas próprias estratégias pedagógicas, garantindo a participação dos alunos com TEA.

A relevância deste trabalho está em dar voz à realidade local. Mesmo focado em Pojuca, o cenário de dificuldades — como a necessidade de "apoio multiprofissional" e "investimentos na capacitação" — provavelmente reflete a situação de muitas outras cidades do interior da Bahia. Ao detalhar os problemas que os professores enfrentam (falta de materiais adaptados, ausência de tempo para formação) e, ao mesmo tempo, destacar o esforço individual e a "disposição" de cada um para criar suas estratégias, este estudo oferece um diagnóstico claro e humano.

Os resultados desta pesquisa reforçam a urgência de uma ação coordenada entre as secretarias de educação e as instituições de ensino superior. Não basta apenas a boa vontade do professor; a inclusão efetiva exige uma tríade de apoio: formação continuada de qualidade, estrutura física e material adaptada e suporte de equipe multidisciplinar (AEE, psicólogos, terapeutas). A ausência desses pilares transforma o direito à inclusão em um fardo individual para o docente, o que é insustentável a longo prazo.

Este trabalho também destaca a importância de se valorizar o conhecimento prático dos professores. As estratégias criadas por eles, como o uso do hiperfoco do aluno como aliado e a valorização da cooperação, são exemplos de boas práticas que merecem ser sistematizadas e compartilhadas em programas de formação.

No entanto, o estado da Bahia é grande e tem contextos educacionais muito diferentes. Por isso, é fundamental que este trabalho sirva como ponto de partida e convite para pesquisas mais amplas em outras regiões do estado, a fim de mapear a inclusão em

uma escala maior. Sugerimos que estudos futuros explorem: 1) A percepção dos próprios estudantes com TEA sobre as aulas de Educação Física; 2) A eficácia das estratégias pedagógicas criadas pelos professores na prática; e 3) A análise das políticas públicas municipais de Pojuca e região para o AEE e a formação docente.

O objetivo principal é, portanto, estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre a Educação Física Inclusiva, mobilizando gestores, formadores e a comunidade acadêmica para que as políticas públicas e as práticas pedagógicas sejam melhoradas, garantindo o direito a uma educação completa e justa para todos os estudantes. O caminho para a inclusão plena é longo, mas o primeiro passo é reconhecer e apoiar quem está na linha de frente.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AQUINO JÚNIOR, Antônio Messias de; DINIZ, Isabel Cristina Vieira Coimbra. **Inclusão e TEA: caderno de práticas inclusivas no contexto da Educação Física escolar**. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Anderson Cristian; SILVA, Marcos Roberto da; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Formação docente e inclusão: professores de educação física e olhares sobre estudantes com necessidades especiais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 17, e3898, 2023

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

FAJARDO, I. N. Resiliência e prática escolar: uma revisão crítica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 505-520, 2013.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. Estratégias para a participação de alunos com transtorno do espectro autista nas aulas de educação física. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 124-137, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GONÇALVES, L. M. S.; MOURA, C. C. de. A formação de professores para a inclusão de alunos com autismo: desafios e oportunidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 1-15, mar. 2024.
- GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 387-400, jul./set. 2018.
- KOCK, Robson Borssuk; FARIAS, Felipe Moreno; PAPCKE, Caluê. Desafios enfrentados pelos professores de Educação Física escolar na inclusão da pessoa com Transtorno de Espectro Autista. **Revista FT**, v. 29, n. 144, mar. 2025
- LEMONS, Emellyne *et al.* Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: sala de aula e pátio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 37, n. 5, p. 238-248, 2023.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*, v. 25, n. 1, p. 149-160, set. 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- RÊGO, Maria do Socorro Almeida *et al.* A inclusão do aluno autista nas aulas de educação física no ensino básico: revisão sistemática. **SciELO Preprints**, 2025.
- SILVA, Jhonata Sousa; OLIVEIRA, Milena Silva de. Efeitos do exercício físico para a melhora na qualidade de vida em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista FT**, v. 29, n. 145, abr. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ra10202504092128.
- SIQUEIRA, Mônica Frigini; CHICON, José Francisco. **Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica**. Curitiba: Appris, 2020.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



## Entrevista Semiestruturada para Professores de Educação Física

Autor (a): Paulo Cesar Gomes Leite Filho

Orientadora: Diana Martins Tigre

### 1. Sobre o Significado da Inclusão

Para você, o que significa, na prática, incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências nas aulas de Educação Física? E como você percebe que essa inclusão contribui para o desenvolvimento delas?

### 2. Sobre a Sua Preparação

Olhando para sua trajetória, tanto na faculdade quanto na sua carreira, você teve a oportunidade de fazer alguma formação ou capacitação focada na inclusão de crianças com TEA ou outras deficiências? De que forma essa preparação (ou a falta dela) se reflete no seu dia a dia na quadra?

### 3. Sobre as Estratégias em Aula

Quando você está em aula, quais são as suas "cartas na manga"? Que tipo de estratégias e adaptações você costuma criar para que os alunos com TEA e outras deficiências consigam participar de verdade das atividades?

### 4. Sobre os Obstáculos e Soluções

Quais são os maiores "tropeços" ou desafios que você sente ao tentar incluir alunos com TEA ou outras deficiências nas atividades físicas? E o que você faz, no calor do momento, para contornar ou lidar com essas dificuldades?

### 5. Sobre a Interação e o Convívio

Na sua experiência, como a Educação Física pode ser uma ponte para a socialização desses alunos? Que atitudes ou estratégias você usa para incentivar que eles interajam e convivam de forma positiva com os colegas?

### 6. Sobre a Adaptação e os Resultados

Como é o seu processo de adaptar as atividades para que elas realmente atendam às necessidades únicas de cada aluno com TEA e outras deficiências? E, depois de fazer essas adaptações, quais são os resultados mais bacanas que você já conseguiu observar no desenvolvimento deles?

## 7. Sobre o Futuro da Inclusão

Se você pudesse fazer um pedido, quais seriam as mudanças mais urgentes — seja na estrutura da escola, na forma de ensinar ou na capacitação dos professores — para que a inclusão de crianças com TEA e outras deficiências na Educação Física Escolar fosse realmente melhor?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS II/ALAGOINHAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PAULO CESAR GOMES LEITE FILHO

Folha de Aprovação

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES DO FUNDAMENTAL COM TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Artigo/Monografia apresentada ao Curso de Graduação (Licenciatura) em Educação Física, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus II, Alagoinhas, Departamento de Educação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado(a) em Educação Física.

Alagoinhas, 02 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora

**Prof.<sup>a</sup> Diana Martins Tigre**

Professora do Curso de Graduação em Educação Física - DEDC - Campus II  
(Professor(a) Orientador(a))

**Prof.<sup>a</sup> Enny Vieira Moraes**

Professor do Curso de Graduação em Educação Física - DEDC - Campus II  
(Professor(a) Convidado(a) 1)

Documento assinado digitalmente  
UBIRATAN AZEVEDO DE MENEZES  
Data: 04/12/2025 09:37:59-0300  
Verifique em <https://validar.jc.gov.br>

**Prof. Ubiratan Azevedo de Menezes**

Professor do Curso de Graduação em Educação Física - DEDC - Campus II  
(Professor(a) Convidado(a) 2)